



Demonstrações financeiras

30 DE JUNHO DE 2026

ASA SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

CNPJ DA ASA SCFI: 48.703.388/0001-13

ENDEREÇO: ALAMEDA SANTOS, 2159 - 9º ANDAR

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.

ÍNDICE

Relatório da Administração	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

CONJUNTURA ECONÔMICA - 2026

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por elevada volatilidade internacional, decorrente da escalada do conflito no Oriente Médio, que elevou os preços do petróleo. Esse choque reacendeu pressões inflacionárias em escala global e impôs custos à atividade econômica, com impacto mais acentuado sobre as economias asiáticas, mais dependentes da importação de energia.

No Brasil, o petróleo bruto respondeu por cerca de um terço do aumento das exportações entre janeiro e julho, com as vendas externas do produto avançando 26,9%, impulsionadas tanto por preços (+17,6%) quanto por volumes (+7,9%). A balança comercial acumulou superávit de US\$ 49 bilhões até julho, quase US\$ 12 bilhões acima do mesmo período de 2025. O governo projeta saldo de US\$ 90 bilhões no ano, enquanto a mediana do mercado está mais próxima de US\$ 78 bilhões. As importações cresceram 5,5% no acumulado do ano, com destaque para a pressão de preços sobre combustíveis: as compras de óleos combustíveis avançaram 22,3% em valor, apesar da queda de 6,1% no volume. O déficit em transações correntes recuou para 2,49% do PIB em 12 meses até julho, ante 3,51% um ano antes, permanecendo mais do que coberto pelos investimentos diretos no país, que alcançaram 3,50% do PIB.

A inflação ao consumidor também foi impactada pela dinâmica dos preços do petróleo, com repasse aos núcleos de inflação por meio dos bens industrializados. Mais recentemente, os indicadores mostram desaceleração das medidas subjacentes, em especial do núcleo de serviços. O IPCA fechou julho em 4,4% em 12 meses, acima dos 4,3% observados ao final de 2025, com as expectativas de inflação seguindo desancoradas.

A atividade econômica brasileira iniciou 2026 em ritmo forte, sustentada pelo impulso fiscal remanescente do fim do ano anterior, pela expansão do crédito direcionado e das linhas de bancos públicos (impulso parafiscal) e pelo desempenho favorável do agropecuário e do extrativo, este último beneficiado pelo aumento do preço do petróleo. O PIB avançou 1,1% no primeiro trimestre em relação ao trimestre anterior, na série dessazonalizada. Ao longo do segundo trimestre, os indicadores passaram a sinalizar desaceleração da demanda doméstica, refletindo os efeitos defasados da política monetária restritiva e um impulso fiscal e parafiscal menor do que o inicialmente esperado. O mercado de trabalho seguiu resiliente, operando em níveis historicamente aquecidos. No contexto da política monetária, o Banco Central Europeu, cuja inflação é mais sensível a preços de energia, iniciou ciclo de alta de juros para conter a deterioração das perspectivas inflacionárias. Nos Estados Unidos, o Fed retirou do horizonte os cortes de juros previstos no início do ano, com o comitê dividido quanto à retomada do aperto monetário no segundo semestre. No Brasil, o Banco Central promoveu em agosto novo corte da Selic, para 14,00% a.a., mantendo postura cautelosa diante da volatilidade externa e da persistência das pressões inflacionárias domésticas.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No âmbito fiscal, os dados do primeiro semestre, divulgados em julho, mostraram piora no resultado primário do governo central, em parte associada ao calendário de pagamento de precatórios. O governo central registrou déficit primário de R\$ 92,2 bilhões entre janeiro e junho, ante R\$ 11,3 bilhões no mesmo período de 2025. O grosso dos R\$ 69,7 bilhões em precatórios previstos para 2026 foi pago em março (R\$ 34,9 bilhões no mês), enquanto em 2025 a maior parte havia sido paga em julho; esse descasamento de calendário respondeu por cerca de R\$ 35 bilhões do aumento de R\$ 81 bilhões no déficit do semestre, efeito que tende a se normalizar na comparação do segundo semestre. Despesas discricionárias e benefícios previdenciários também cresceram acima da receita, que avançou 5,6% em termos reais, ante 12,3% da despesa. O governo seguiu perseguindo a meta de superávit de R\$ 34,3 bilhões (0,25% do PIB, com banda até zero). Segundo as estimativas de mercado de agosto, o déficit primário é projetado em R\$ 59,1 bilhões para o ano e dívida bruta do governo geral em 83% do PIB ao final de 2026. O quadro mostra o cumprimento formal da meta condicionado a deduções previstas em lei sobre o resultado apurado e incapaz dar indicações de controle da trajetória da dívida.

DESEMPENHO

Principais Indicadores

R\$ mil	Jun-26	Dez-25
Rentabilidade e Capital		
Lucro / Prejuízo Líquido atribuível aos acionistas (jun = 6 meses, dez = 12 meses)	(90.661)	(974)
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas	298.701	249.362
Índice de Basileia % *	12,1%	46,4%
* Dez/25: S5 - Abr/26: S4		
Índice de Crédito (%)		
Saldo de PDD Carteira de Crédito Expandida/Carteira de Crédito Expandida	1,8%	1,9%
Balanço Patrimonial		
Ativos Totais	3.071.149	1.346.694
Liquidez (a)	1.440.721	735.852
Carteira de Crédito Expandida	1.416.099	550.246
Operação de Crédito	90.879	81.334
Notas Comerciais	885.317	466.944
CPR	436.237	-
Cartão de Crédito	3.665	1.967
Índice de Carteira de Crédito / Captações (%)	68,3%	74,7%
Captações (b)	2.073.821	736.121
Dados Relevantes		
Colaboradores (indivíduos)	393	198
(a) Caixa e Equivalente de Caixa+ Títulos Públicos		
(b) Líquido de Captação Conta Pré Paga		



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESTAQUES DA OPERAÇÃO

No encerramento do primeiro semestre de 2026, a ASA SCFI registrou forte crescimento de sua operação de crédito. A carteira de crédito expandida passou de R\$ 550 milhões em dezembro de 2025 para R\$ 1,416 bilhão em junho de 2026, expansão de 157% em seis meses. Líquida de provisões, a carteira totalizou R\$ 1,390 bilhão.

A qualidade dos ativos é um destaque do período: dos R\$ 1,416 bilhão da carteira bruta, R\$ 1,412 bilhão correspondem a ativos não problemáticos. Os ativos problemáticos inadimplidos somam R\$ 3,7 milhões, ou 0,26% da carteira bruta, com nível de provisionamento superior a sete vezes esse montante.

A captação acompanhou o crescimento dos ativos, avançando de R\$ 1,044 bilhão para R\$ 2,703 bilhões. Destacam-se R\$ 1,024 bilhão em depósitos a prazo e R\$ 1,050 bilhão em instrumentos de dívida, com predominância de Letras de Crédito do Agronegócio (R\$ 865 milhões).

Em março de 2026, a Instituição realizou aumento de capital de R\$ 140 milhões, elevando o capital social para R\$ 390,2 milhões. O Índice de Basileia encerrou o semestre em 12,1%, acima do mínimo regulatório exigido.

A ASA mantém trajetória consistente de crescimento, sustentada por credibilidade junto a clientes e investidores e por uma base tecnológica proprietária.

ATIVOS, PASSIVOS E GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Caixa e equivalentes de caixa encerraram o semestre em R\$ 311 milhões.

Carteira de crédito

A carteira de crédito expandida totalizou R\$ 1,416 bilhão em 30 de junho de 2026. As operações com prazo de até um ano representam R\$ 930 milhões, equivalentes a 66% do total, o que confere elevada rotatividade e previsibilidade de fluxo de caixa à carteira.

Gestão de investimentos e captação

O crescimento da captação foi distribuído entre todos os instrumentos utilizados pela Instituição — Depósitos a prazo, Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio e Letras Financeiras —, o que amplia a diversificação das fontes de recursos e reduz a dependência de qualquer instrumento isolado.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

GESTÃO DE RISCOS E CAPITAL

A partir de maio de 2026, a ASA SCFI passou a ser enquadrada no segmento S4, conforme critérios de segmentação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, com a consequente adequação de suas exigências prudenciais e de reporte.

Risco de crédito. A concessão e o acompanhamento da carteira apoiam-se em modelos estatísticos de originação e monitoramento, com revisão periódica de desempenho. O resultado observado é um índice de ativos problemáticos inadimplidos de 0,26% da carteira bruta.

Riscos de mercado e liquidez. A gestão é conduzida por área especializada, com estrutura de limites, monitoramento diário de exposições e testes de estresse. As políticas e os procedimentos adotados estão em conformidade com as disposições regulamentares aplicáveis e são reavaliados periodicamente.

Risco operacional. A Instituição mantém estrutura de controles internos, mapeamento de processos críticos e registro de eventos de perda, com atuação preventiva e revisão contínua dos fluxos operacionais.

GOVERNANÇA

A ASA mantém estrutura de governança corporativa com segregação de funções, comitês de decisão formalmente constituídos e controles internos submetidos a avaliação independente.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A ASA SCFI cumpre de forma estrita todas as normas legais e regulatórias relacionadas à auditoria independente, o que garante processos transparentes e alinhados às exigências de conformidade. Para a execução da auditoria externa das demonstrações financeiras, foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes Ltda.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

A ASA vem consolidando sua expansão regional, com atuação em todas as regiões do país e foco nos principais centros econômicos. O desempenho dos últimos doze meses confirma a efetividade dessa estratégia, refletida no crescimento da carteira e da base de clientes.

CAPITAL HUMANO

A ASA SCFI encerrou o primeiro semestre de 2026 com 393 colaboradores.

AGRADECIMENTOS

A Administração da ASA SCFI agradece a seus clientes pela confiança e preferência, e a seus colaboradores pelo empenho e dedicação que tornaram possíveis os resultados alcançados.

São Paulo, 26 de agosto de 2026





ASA SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em reais mil)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	30/06/2026	31/12/2025		Notas	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		2.190.612	1.131.689	Circulante		1.930.196	834.943
Caixa e equivalentes de caixa	4	311.853	378.496	Depósitos	9	1.286.440	716.727
Disponibilidades		311.853	298.495	Outros instrumentos de dívida	9	574.335	65.155
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	80.001	Relações interfinanceiras		3.629	1.955
Instrumentos financeiros	5	876.530	357.357	Outras obrigações	10	65.792	51.106
Titulos e valores mobiliários		876.530	357.357	Cobrança e arrecadação de tributos		81	131
Operações de crédito	6	933.232	372.581	Sociais e estatutárias		10.611	-
Operações de crédito		950.426	379.707	Fiscais e previdenciárias		9.277	6.871
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(17.194)	(7.126)	Negociação e intermediação de valores		11	-
Outros créditos	7	22.399	6.367	Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros		799	816
Ativo fiscal corrente		29	29	Diversas		45.013	43.288
Impostos a compensar e a recuperar		26	26	Não Circulante		842.252	262.389
Diversos		22.344	6.312	Depósitos	9	366.805	110.102
Outros valores e bens		46.598	16.888	Outros instrumentos de dívida	9	475.447	152.287
Não Circulante		880.537	215.005	Patrimônio líquido	12	298.701	249.362
Instrumentos financeiros	5	252.338	-	Capital social		390.240	250.240
Titulos e valores mobiliários		252.338	-	Prejuízos acumulados		(91.539)	(878)
Operações de crédito	6	457.248	167.356				
Operações de crédito		465.672	170.539				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(8.424)	(3.183)				
Outros créditos	7	71.946	4.452				
Ativo fiscal diferido		71.946	4.452				
Outros valores e bens		47.161	23.467				
Imobilizado		331	-				
Intangível	8	51.513	19.730				
TOTAL DO ATIVO		3.071.149	1.346.694	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.071.149	1.346.694

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

ASA SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Valores expressos em reais mil)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de intermediação financeira		131.240	6.019
Operações de crédito	6	70.625	20
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	60.664	5.999
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(49)	-
Despesas de intermediação financeira		(96.254)	(348)
Despesas de juros e similares	9	(80.962)	(5)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(15.292)	(343)
Resultado bruto de intermediação financeira		34.986	5.671
Outras receitas (despesas) operacionais		(193.141)	(3.305)
Receita de prestação de serviços	13	7.525	1.000
Despesa de pessoal	14	(158.709)	-
Despesas administrativas	15	(25.663)	(2.923)
Despesas tributárias	16	(3.237)	(383)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	(13.057)	(999)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(158.155)	2.366
Imposto de renda e contribuição social	18	67.494	(932)
Impostos correntes		-	(1.061)
Impostos diferidos		67.494	129
Prejuízo líquido do semestre/ exercício		(90.661)	1.434
Quantidade de ações		582.996	50.526
Prejuízo líquido por ação (em reais)		(0,1555)	0,0284

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

ASA SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Valores expressos em reais mil)

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Prejuízo líquido do semestre/ exercício	(90.661)	1.434
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeitos relacionados aos resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do semestre/ exercício	<u>(90.661)</u>	<u>1.434</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

ASA SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Valores expressos em reais mil)

	Capital Social	Aumento de Capital	Capital a Realizar	Reservas de Lucros		Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total
				Legal	Especial		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.240	35.000	(17.500)	5	91	-	30.836
Lucro líquido do semestre	0	0	0	0	0	1.434	1.434
Constituição de reserva legal	0	0	0	72	0	(72)	0
Saldos em 30 de junho de 2025	13.240	35.000	(17.500)	77	91	1.362	32.270
Saldos em 31 de dezembro de 2025	250.240	-	-	-	0	(878)	249.362
Aumento de capital - AGE 31/03/26	-	140.000	(140.000)	-	-	-	-
Aprovação do aumento de capital social	140.000	(140.000)	-	-	-	-	-
Integralização de aumento de capital	-	-	140.000	-	-	-	140.000
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(90.661)	(90.661)
Constituição/ reversão de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026	390.240	-	-	-	-	(91.539)	298.701

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

ASA SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Valores expressos em reais mil)

	30/06/2026	30/06/2025
Das atividades operacionais		
Lucro/ Prejuízo líquido do semestre	(90.661)	1.434
Ajustes ao Resultado		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	15.292	343
Ativos fiscais diferidos	(67.494)	(129)
Depreciações e amortizações	6.995	151
Lucro/ Prejuízo do semestre ajustado	(135.868)	1.799
Variações em ativos e passivos		
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(771.511)	(1.623)
(Aumento) redução em operações de crédito	(865.852)	(42)
(Aumento) redução em outros créditos	(16.032)	(5.261)
(Aumento) redução de outros valores e bens	(53.404)	(2.444)
Aumento (redução) em depósitos	826.417	89.860
Aumento (redução) de outros instrumentos de dívida	832.340	-
Aumento (redução) em relações interfinanceiras	1.674	842
Aumento (redução) em outras obrigações	16.980	10.619
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.277)	(270)
Caixa líquido proveniente/aplicado nas atividades operacionais	(167.533)	93.480
Das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	(345)	
Adição de intangível	(38.765)	(738)
Caixa líquido aplicado (gerado) em atividades de investimentos	(39.110)	(738)
Das atividades de financiamentos		
Integralização de capital social	140.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	140.000	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(66.643)	92.742
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	378.496	33.702
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	311.853	126.444
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(66.643)	92.742

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais mil)

1 Contexto operacional

A Asa Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento S.A. (“ASA SCFI”), denominação anterior Asa Sociedade de Crédito Direto S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, foi constituída em 25 de outubro de 2021, teve autorização de funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) como sociedade crédito direto em 19 de outubro de 2022. Iniciou suas atividades operacionais em 23 de novembro de 2022, quando da efetiva homologação de seus atos constitutivos na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP. Em 17 de setembro de 2024 o BACEN aprovou a transferência do controle societário para Alberto Joseph Safra. Em 21 de agosto de 2025, teve autorização para funcionamento como sociedade de crédito financiamento e investimento.

A ASA SCFI tem por objeto realização de empréstimos, financiamentos, aquisição, cessão, refinanciamento e administração de direito creditórios, prestação de garantias, compra e venda de títulos por conta própria, compra e venda de valores mobiliários por conta própria, operação em mercados de balcão não organizado observando a regulamentação vigente, administração de carteiras de valores mobiliários, prestação de serviço de correspondente no país, serviços de análise e cobrança de crédito para terceiros, serviços como agente fiduciário, distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito e financiamento por ela originadas, emissão de moeda eletrônica, emissão de instrumento de pagamento pós-pago, serviços como iniciadora de transação de pagamentos, aplicação das disponibilidades em depósitos interfinanceiros, contratação de operações compromissadas, operação no mercado de câmbio e atividade de credenciamento.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.041/09, em consonância com as normas estabelecidas pelo BACEN, pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), e consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Nacional (“COSIF”).

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a ASA SCFI considerou o disposto na Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020 e alterações posteriores dispostas na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020.

As demonstrações financeiras da ASA SCFI foram aprovadas pela Administração em 26 de agosto de 2026.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da

ASA SCFI, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras envolve a aplicação de julgamentos, estimativas e premissas por parte da Administração, influenciando as políticas contábeis adotadas e os valores relatados para ativos, passivos, receitas e despesas. É importante ressaltar que os resultados reais podem variar em relação a essas estimativas, as quais são constantemente revisadas.

3 Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em depósitos bancários, reservas e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor justo e vencimentos, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

b. Instrumentos Financeiros - Títulos e valores mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor justo na data e critério subsequente conforme classificação com base no modelo de negócios para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas nas seguintes categorias, conforme Resolução CMN nº 4.966/21:

Custo amortizado – São aqueles que são adquiridos e geridos com o objetivo de mantê-los para recebimento dos respectivos fluxos de caixa contratuais, sendo constituídos somente pelo pagamento de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Valor justo em outros resultados abrangentes – São aqueles que são adquiridos e geridos com o objetivo de gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos, sendo constituídos somente pelo pagamento de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas; e

Valor justo no resultado – São aqueles que não se enquadram como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes. São registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo na data, sendo as receitas de juros e o ganho ou perda por variações do valor justo reconhecidos em resultado no período.

Hierarquia de valor justo

Para a mensuração do valor justo, utilizam-se técnicas de avaliação que aplicam informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos. A ASA SCFI classifica essas informações conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração do valor justo.

Nível 1: informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) de ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele onde as transações para o ativo ou passivo mensurado ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações contínuas de precificação.

Nível 2: informações que não são observáveis direta ou indiretamente para o ativo ou passivo. O Nível 2 geralmente inclui: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados não ativos, ou seja, mercados com poucas transações, preços não correntes, cotações de preço que variam substancialmente ao longo do tempo ou entre especialistas no mercado de balcão (market makers), ou com poucas informações divulgadas publicamente; (iii) informações observáveis para o ativo ou passivo que não sejam preços cotados (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) informações derivadas principalmente de dados de mercado observáveis por meio de correlação ou outros métodos.

Nível 3: informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

Informações que não são observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que informações observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

c. Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e perda esperada associada ao risco de crédito

Para operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito é adotada a metodologia simplificada da Resolução BCB nº 352/23, considerando os ativos em carteiras de grupos homogêneos de risco para apurar o risco de crédito. A definição dos grupos em carteiras são:

Carteira 1 (C1): Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; Créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.

Carteira 2 (C2): Créditos de arrendamento mercantil; Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; Créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança.

Carteira 3 (C3): Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do SFN e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis; Créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios.

Carteira 4 (C4): Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; Operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.

Carteira 5 (C5): Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido anteriormente e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; Créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos anteriormente; Créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos anteriormente.

Com base na carteira e no período de atraso, que varia de “zero a 14 dias” a “igual ou maior que 21 meses”, se aplica os percentuais para apuração da perda esperada associada ao risco de crédito.

As operações de crédito que apresentem atraso superior a 90 dias no pagamento de seus compromissos e indicativo de que a obrigação não será honrada, terão suspensas o reconhecimento das respectivas receitas de juros em resultado. É vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. As receitas somente podem ser apropriadas ao resultado quando do seu efetivo recebimento. Não se aplicam às receitas geradas pela recuperação de ativos baixados.

As operações devem ser baixadas em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

A ASA SCFI também realiza cessão de suas operações de crédito, sendo que quando ocorre, são substancialmente cedidas no mesmo dia em que são originadas. Tais cessões são classificadas como operações com transferência substancial dos riscos e benefícios. De acordo com a Resolução do CMN nº 4.966/21, nas vendas ou transferências de ativos financeiros classificadas na categoria “com transferência substancial dos riscos e benefícios”, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve ser baixado, e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

d. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em exercícios futuros. São registradas no ativo no momento do desembolso financeiro, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento no resultado, a medida em que os benefícios ou prestação dos serviços forem usufruídos.

e. Intangível

Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Podem ser decorrentes de aquisições de licenças e desenvolvimento de *software*. Esses ativos são reconhecidos pelo custo.

Amortização

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis definidas para cada item do intangível.

f. Redução do valor recuperável (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g. Depósitos e outros instrumentos de dívida

Os depósitos realizados por clientes correspondem a conta de pagamento pré-paga e depósitos a prazo. Os instrumentos de dívida correspondem a letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio e letras financeiras.

Esses passivos financeiros estão classificados como custo amortizado e são acrescidos de atualizações efetuadas utilizando taxa de juros efetiva.

h. Provisões ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando for praticamente certo que os benefícios econômicos serão recebidos, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais para os quais não caibam mais recursos.

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de um acontecimento passado, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, os passivos contingentes avaliados com risco de perda possível são somente divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados com risco de perda remoto não requerem provisão e divulgação.

i. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia”, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

j. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando o critério “pro rata dia” para as de natureza financeira. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

k. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação vigente. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 17,5%.

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução do CMN nº 4.842/20, a alíquota de 25% para o imposto de renda e 17,5% para a contribuição social sobre o lucro líquido, calculados com base nas diferenças temporárias, sobre

os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, se aplicável e quando provável a realização com lucros tributáveis futuros.

l. Resultado não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ou seja relacionado com as atividades atípicas da instituição financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

m. Normas, alterações e interpretações de normas

Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23 – Com relação à contabilidade de hedge, entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo que não foram identificados quaisquer impactos.

Reforma Tributária – A ASA SCFI acompanha a implementação e avalia os pontenciais impactos. Em 30 de junho de 2026, não há quaisquer impactos relevantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Os efeitos serão reconhecidos à medida que as disposições se tornarem aplicáveis e puderem ser mensurados de forma confiável.

4 Caixa e equivalentes de caixa

		30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades em moeda nacional		1.596	665
Disponibilidades em moeda estrangeira		5	-
Reservas livres		310.252	297.830
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(i)	-	80.001
		311.853	378.496

(i) Em 31 de dezembro de 2025 refere-se a operações compromissadas com lastro em NTN-B e vencimento em 02/01/2026.

5 Instrumentos financeiros – Títulos e valores mobiliários

a) Composição da carteira por categoria e prazo

Títulos a valor justo por meio de resultado - Nível 1	30/06/2026				31/12/2025
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado
Livres	113.716	251.648	365.422	365.364	14.051
Letras financeiras do tesouro	113.713	251.648	365.419	365.361	14.031
Certificados de depósito bancário	3	-	3	3	20
Vinculados à prestação de garantias	762.814	690	763.484	763.504	343.306
Letras financeiras do tesouro	762.814	690	763.484	763.504	343.306
Total	876.530	252.338	1.128.907	1.128.868	357.357

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	49.929	1.644
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	10.735	4.355
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	60.664	5.999

6 Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito expandida

30/06/2026			
	Custo amortizado/ Valor contábil	Perda ao valor recuperável	Total
Empréstimos e financiamentos	91.189	(1.401)	89.788
Títulos com características de concessão de crédito	1.321.554	(24.153)	1.297.401
Outros créditos	3.355	(64)	3.291
Total	1.416.098	(25.618)	1.390.480
Circulante	950.426	(17.194)	933.232
Não circulante	465.672	(8.424)	457.248

31/12/2025			
	Custo amortizado/ Valor contábil	Perda ao valor recuperável	Total
Empréstimos e financiamentos	81.499	(1.438)	80.061
Títulos com características de concessão de crédito	466.945	(8.821)	458.124
Outros créditos	1.802	(50)	1.752
Total	550.246	(10.309)	539.937
Circulante	379.707	(7.126)	372.581
Não circulante	170.539	(3.183)	167.356

b) Composição da carteira de crédito expandida por nível de risco e por faixa de atraso

30/06/2026				
	Valor carteira	Perda Adicional	Perda Incorrida	Total
Ativos não problemáticos	1.412.440	-	(23.822)	1.388.618
De 0 a 14 dias de atraso	1.409.344	-	(23.713)	1.385.631
De 15 a 30 dias de atraso	3.087	-	(108)	2.979
De 31 a 60 dias de atraso	9	-	(1)	8
Ativos problemáticos inadimplidos	3.658	(83)	(1.713)	1.862
De 0 a 90 dias de atraso	3.505	-	(1.708)	1.797
Menor que 1 mês	57	(29)	(2)	26
Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	11	(6)	(0)	5
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	85	(48)	(3)	34
Total	1.416.098	(83)	(25.535)	1.390.480
31/12/2025				

	Valor carteira	Perda Adicional	Total
Ativos não problemáticos	550.177	(10.272)	539.905
De 0 a 14 dias de atraso	550.150	(10.268)	539.882
De 15 a 30 dias de atraso	3	0	3
De 31 a 60 dias de atraso	24	(4)	20
Ativos problemáticos inadimplidos	69	(37)	32
De 0 a 90 dias de atraso	69	(37)	32
Total	550.246	(10.309)	539.937

No 1º semestre de 2026 houve constituição líquida de reversão no montante de R\$ (15.310) e no 1º semestre de 2025 no montante de R\$ (18).

Não houve renegociações ou baixa para prejuízo nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

7 Outros créditos

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo fiscal diferido	71.946	4.452
Valores a receber de partes relacionadas	6.436	5.097
Adiantamento ao FGC	3.079	-
Rendas a receber	1.331	-
Ativo fiscal corrente	29	29
Impostos a compensar e a recuperar	26	26
Outros	7.192	1.041
	94.345	10.819
Circulante	22.399	6.367
Não circulante	71.946	4.452

8 Intangível

	31/12/2025	Adições/ (Baixas)	Amortização	30/06/2026
Custo de aquisição (i)	20.764	38.764	-	59.528
Amortização acumulada	(1.034)	-	(6.981)	(8.015)
Saldo	19.730	38.764	(6.981)	51.513

	31/12/2024	Adições/ (Baixas)	Amortização	30/06/2025
Custo de aquisição (i)	1.094	738	-	1.832
Amortização acumulada	(67)	-	(151)	(218)
Saldo	1.027	738	(151)	1.614

(i) Refere-se a softwares adquiridos/ desenvolvidos por empresas especializadas, com taxa de amortização de 20% a 100% a.a.

9 Depósitos e outros instrumentos de dívida

a) Composição depósitos e outros instrumentos de dívida

	30/06/2026	31/12/2025
	Custo amortizado/ Valor contábil	Custo amortizado/ Valor contábil
Conta pré-paga	629.206	308.150
Depósitos a prazo	1.024.039	518.679
Outros instrumentos de dívida	1.049.782	217.441
Letras de crédito imobiliário	48.946	48.260
Letras de crédito do agronegócio	864.814	97.000
Letras financeiras	136.022	72.181
Total	2.703.027	1.044.270
Circulante	1.860.775	781.881
Não circulante	842.252	262.389

b) Resultado com despesas de juros e similares

	30/06/2026	30/06/2025
Despesa com depósitos	(45.291)	(5)
Despesa com outros instrumentos de dívida	(35.032)	-
Despesa com operações compromissadas	(33)	-
Outras despesas de juros e similares	(606)	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(80.962)	(5)

10 Outras obrigações

	30/06/2026	31/12/2025
Despesa de pessoal	22.358	4.611
Sociais e estatutárias	10.611	-
Fiscais e previdenciárias	9.277	6.871
Outras despesas administrativas	6.953	1.298
Títulos de cobrança a liquidar (i)	6.889	-
Valores a pagar a partes relacionadas	4.256	35.921
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	799	816
Cobrança e arrecadação de tributos	81	131
Negociação e intermediação de valores	11	-
Outros	4.557	1.458
	65.792	51.106
Circulante	65.792	51.106

11 Provisões e passivos contingentes

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não há provisão ou passivos contingentes classificados como perdas possíveis.

12 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 9 de outubro de 2024 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou aumento de capital de R\$ 35.000 (trinta e cinco milhões de reais), passando o capital social de R\$ 13.240 (treze milhões duzentos e quarenta mil reais) para R\$ 48.240 (quarenta e oito milhões duzentos e quarenta mil reais), mediante emissão de 48.196.588 ações ordinárias nominativas com direito a voto, no valor de R\$ 1,00 por ação, e de 2.329.389 ações preferenciais nominativas, sem direito a voto, no valor de R\$ 0,018809 por ação, totalizando 50.525.977 ações. Na data do ato foi integralizado o montante de R\$ 17.500 (dezessete milhões e quinhentos mil reais) em ações ordinárias. O montante de R\$ 17.500 (dezessete milhões e quinhentos mil reais) remanescente foi integralizado em 8 de setembro de 2025. O Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou o aumento de capital em 21 de agosto de 2025.

Em 8 de setembro de 2025 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou aumento de capital de R\$ 202.000 (duzentos e dois milhões de reais), passando o capital social de R\$ 48.240 (quarenta e oito milhões duzentos e quarenta mil reais) para R\$ 250.240 (duzentos e cinquenta milhões duzentos e quarenta mil reais), mediante a emissão de 310.817.048 ações ordinárias nominativas com direito a voto, no valor de R\$ 0,6499 por ação, totalizando 361.343.025 ações. Na data do ato foi integralizado o montante de R\$ 102.000 (cento e dois milhões de reais) em ações ordinárias e em 29 de setembro de 2025 foi integralizado R\$ 100.000 (cem milhões de reais) em ações ordinárias. O Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou o aumento de capital em 25 de setembro de 2025.

Em 31 de março de 2026 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou o aumento de capital de R\$ 140.000 (cento e quarenta milhões de reais), passando o capital social de R\$ 250.240 (duzentos e cinquenta milhões duzentos e quarenta mil reais) para R\$ 390.240 (trezentos e noventa milhões e duzentos e quarenta mil reais), mediante a emissão de 221.653.031 ações ordinárias nominativas com direito a voto, ao preço de R\$ 0,6316178 por ação. Na data do ato foi integralizado o montante de R\$ 80.000 (oitenta milhões de reais), em 21 de maio de 2026 R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais) e em 24 de junho de 2026 R\$ 20.000 (vinte milhões de reais). O Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou o aumento de capital em 30 de abril de 2026.

b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Em 30 de junho de 2026 não houve constituição de reserva e em 31 de dezembro de 2025 as reservas de lucros foram absorvidas pelo prejuízo do exercício.

c) Dividendos

As propostas de destinação do lucro líquido obedecerão o disposto em lei e no estatuto social da

ASA SCFI. Em 31 de dezembro de 2025 não houve distribuição de dividendos obrigatórios em virtude do prejuízo apurado no exercício.

13 Receita de prestação de serviços

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas com comissão	2.764	-
Rendas com tarifas bancárias	1.892	202
Rendas com tarifas de operações de crédito	1.644	262
Rendas de cobrança	1.052	500
Outros	173	36
	7.525	1.000

14 Despesa de pessoal

	30/06/2026
Despesa com remuneração	(56.023)
Despesa com bônus de contratação	(31.317)
Despesa com participação no resultado	(29.988)
Despesa com encargos	(21.167)
Despesa com benefícios	(6.303)
Despesa com 13º salário	(5.355)
Despesa com provisão de férias	(3.968)
Despesa com férias	(3.254)
Despesa com provisão de encargos	(1.334)
	(158.709)

15 Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Processamento de dados	(11.063)	(1.970)
Despesa com depreciação e amortização	(6.982)	(151)
Serviços técnicos especializados	(4.118)	(392)
Aluguel	(1.602)	(17)
Material	(1.024)	-
Serviços de terceiros	(404)	(238)
Outros	(470)	(155)
	(25.663)	(2.923)

16 Despesas tributárias

	30/06/2026	30/06/2025
Cofins	(2.320)	(287)
Pis	(377)	(47)
ISS	(371)	(49)
Outros	(169)	-
	(3.237)	(383)

17 Outras receitas (despesas) operacionais

		30/06/2026	30/06/2025
Operações de crédito	(i)	155	188
Despesa com serviços associados a transações de pagamento	(ii)	(13.084)	(1.187)
Outros		(128)	0
		(13.057)	(999)

(i) Refere-se à receita reconhecida com a cessão de operações de crédito.

(ii) Refere-se a despesas diretamente atribuíveis ao processo operacional de pagamento das transações com cartões.

18 Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(158.155)	2.366
Adições e exclusões temporárias	25.937	317
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	15.292	343
Marcação a mercado	34	(27)
Provisão para participação no lucro	10.611	0
Base de cálculo	(132.218)	2.683
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-	(1.061)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	67.216	129
Reconhecimento Majoração CSLL	278	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	67.494	(932)

Todos os créditos tributários foram devidamente ativados.

O saldo do Ativo Fiscal Diferido da ASA SCFI em 30 de junho de 2026 é de R\$ 71.946, constituído por Prejuízo Fiscal Base Negativa de R\$ 56.193, pelas adições e exclusões temporárias de perda estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa de R\$ 11.227, pelas demais adições e exclusões temporárias de R\$ 4.526.

	31/12/2025	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2026
Prejuízo fiscal / Base negativa	-	56.193	-	56.193
Perdas estimadas com operações de crédito	4.450	7.318	(540)	11.227
Demais Movimentações Temporárias	2	4.740	(216)	4.526
Total dos Créditos Tributários	4.452	68.250	(756)	71.946

As estimativas de realização dos créditos tributários foram calculadas considerando a expectativa de geração de lucros e em estudo técnico de viabilidade.

Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias em 30 de junho de 2026

	2026	2027	2028	2029	Total
Prejuízo fiscal / Base negativa	-	-	18.782	37.410	56.193
Perdas estimadas com operações de crédito	5.614	5.614	-	-	11.227
Demais Movimentações Temporárias	-	-	4.526	-	4.526
Total	5.614	5.614	23.308	37.410	71.946

19 Partes relacionadas

A Asa Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento S.A. e partes relacionadas, incluindo pessoal chave da administração, possui operações de depósitos de moeda eletrônica, depósitos a prazo, outros instrumentos de dívida e valores a receber e a pagar relacionados a reembolsos de despesas com pessoal e despesas administrativas, cujos saldos estão apresentados a seguir:

	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2025
	Ativo	Resultado	Ativo	Resultado
<u>Valores a Receber</u>	6.436	-	5.097	-
Outras Partes Relacionadas	6.436	-	5.097	-
Total	6.436	-	5.097	-
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
<u>Depósitos</u>	36.414	2.334	15.260	-
Outras Partes Relacionadas	34.466	2.239	13.089	-
Controladores e Pessoal Chave da Administração	1.948	95	2.171	-
<u>Outros instrumentos de dívida</u>	69	4	65	-
Controladores e Pessoal Chave da Administração	69	4	65	-

Valores a Pagar	4.256	-	35.921	-
Outras Partes Relacionadas	4.256	-	35.921	-
Total	40.740	2.338	51.246	-

20 Outras informações

a) Resultado não recorrente

Em 30 de junho de 2026 o resultado contábil acumulado foi de R\$ (90.661), o resultado recorrente foi de R\$ (83.941) e o resultado não recorrente foi de R\$ (6.720) líquido de impostos, referente a despesas com serviços associados a transações de pagamento. Em 30 de junho de 2025 não houve resultado não recorrente.

b) Gerenciamento de riscos

Limite operacional

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem manter o valor do Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de sua atividade. A ASA SCFI a partir de maio de 2026 passou a ser enquadrada como S4.

Risco de crédito

O gerenciamento é realizado aplicando-se a política de crédito para monitorar os limites operacionais. A ASA SCFI aplica modelos estatísticos, análises quantitativas e informações de seus clientes para determinar a classificação de risco. Com base nas informações apuradas é feito o gerenciamento do risco de crédito da carteira e calculada a provisão para perda esperada, sendo revisada periodicamente.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. A ASA SCFI está sujeita somente ao risco das operações inerentes a taxa de juros. Os procedimentos e políticas adotadas estão em conformidade com as disposições regulamentares e são reavaliadas periodicamente.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de uma instituição não ser capaz de honrar suas obrigações correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas além da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis que podem afetar a capacidade de pagamento. A ASA SCFI administra o risco de liquidez mantendo reservas de caixa, monitorando os fluxos de caixa realizados versus orçados. Além disso, equilibra o vencimento de seus ativos e passivos financeiros para garantir que possua recursos suficientes para honrar suas obrigações e atender as suas necessidades operacionais.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A ASA SCFI

possui controles, fluxos para lançamentos de novos produtos e para mudanças significativas nos processos existentes. Adicionalmente, há procedimento para identificar, monitorar, avaliar, mensurar e reportar eventos de risco operacional, incluindo aqueles relacionados a fraudes internas ou externas.

c) Índice de Basileia

	30/06/2026
Patrimônio de Referência (PR)	190.952
Nível I	190.952
Capital Principal	190.952
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.578.141
Risco de Crédito (RWA CPAD)	1.463.311
Risco de Serviços de Pagamento (RWA SP)	114.083
Risco Operacional (RWA OPAD)	747
PR Mínimo Requerido	139.627
Margem PR	51.326
Índice de Capital Principal	12,10%
Índice de Nível I	12,10%
Índice de Basileia	12,10%

21 Eventos subsequentes

Em 20 de julho de 2026 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou o aumento de capital de R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), passando o capital social de R\$ 390.240 (trezentos e noventa milhões duzentos e quarenta mil reais) para R\$ 990.240 (novecentos e noventa milhões e duzentos e quarenta mil reais), mediante a emissão de 1.171.061.744 ações ordinárias nominativas com direito a voto, ao preço de R\$ 0,5123556 por ação. Na data do ato foi integralizado o montante de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais). O referido ato foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de agosto de 2026.

* * *

William de Almeida
Contador CRC 1SP 207772/O-9

Eduardo Rossit Padilha
Diretor

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da ASA Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ASA Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASA Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade



operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP- 014428/O-6

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP296875/O-4